

TRADIÇÃO REPRESSIVA NO BRASIL: ATUALIZAÇÕES, PERMANÊNCIAS E RENASCIMENTO

REPRESSIVE TRADITION IN BRAZIL: UPDATES, CONTINUITIES, AND REVIVAL

Vínicus Junio Goes da Silva¹

Resumo

Este artigo analisa a evolução dos órgãos de repressão no Brasil desde a Primeira República até a contemporaneidade, evidenciando a continuidade e transformação das práticas repressivas. Inicia-se com a criação de órgãos de controle de movimentos anarquistas e comunistas nas décadas de 1920 e 1930, passando pela centralização e fortalecimento do aparato repressivo durante o Governo Vargas e a ditadura militar, até a reestruturação pós-redemocratização com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A análise inclui o impacto do governo de Jair Bolsonaro, destacando o uso de estratégias de desinformação e enfraquecimento das instituições democráticas. Conclui-se que a lógica repressiva é uma constante histórica no Brasil, adaptando-se às conjunturas políticas e representando um desafio contínuo para a consolidação democrática no país.

Palavras-chave: Ditadura militar. Agências de inteligência.. Democracia no Brasil.

Abstract

This article analyzes the evolution of repressive organs in Brazil from the First Republic to the contemporary period, highlighting the continuity and transformation of repressive practices. It begins with the creation of control bodies for anarchist and communist movements in the 1920s and 1930s, moving through the centralization and strengthening of the repressive apparatus during the Vargas government and the military dictatorship, to the post-redemocratization restructuring with the creation of the Brazilian Intelligence Agency (Abin). The analysis includes the impact of Jair Bolsonaro's government, highlighting the use of disinformation strategies and the weakening of democratic institutions. It concludes that the repressive logic is a

¹ Psicólogo clínico. Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail para contato: vinicius.juniorgs@gmail.com

historical constant in Brazil, adapting to political contexts and representing a continuous challenge for democratic consolidation in the country.

Key-words: Military dictatorship. Intelligence agencies. Democracy in Brazil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando pensamos em sistema repressivo, geralmente nos remetemos automaticamente ao período da Ditadura Militar (1964 - 1985). Se fizermos uma pesquisa sobre esse assunto, os resultados também fazem alusão a este período, com ênfase na atuação do sistema CODI-DOI e o aparelhamento sistemático das instituições públicas em vias de criação de mecanismos de vigilância, censura, controle e repressão das atividades sociais. Obviamente esse período da história brasileira foi um dos mais profícuos quando falamos em sistemas de informação e controle, dado que houve uma estruturação robusta de mecanismos e instituições que, funcionando de forma parcimoniosa e relativamente concertada, deram origem ao Sistema de Segurança Interna no País.

Entretanto, a lógica repressiva e o viés de controle e vigilância não cresceram espontaneamente a partir do golpe de março de 1964. Há longa tradição de repressão na sociedade brasileira, motivada pela perseguição a um inimigo mais ou menos espectral: a ideologia comunista. De fato, havia a discussão e o espraiamento de ideias comunistas na sociedade. Mas estas não tinham o poder ou a articulação que lhes foi atribuída para causar um rompimento institucional como as autoridades de repressão supunham ou enxergavam como evento provável.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise geral dos órgãos de repressão do Brasil a partir da Primeira República, nos anos iniciais do século XX. Passaremos em revista por estes órgãos, refletindo sobre a perenidade da repressão ao longo do tempo, que se manifesta enquanto agente fixo em diversos governos. Ao final, dado a conjuntura particular do cenário de governo atual, vamos também refletir sobre a atuação da repressão na contemporaneidade, destacando suas formas de atuação e renascimento diante do florescimento de um espectro de extrema direita na política brasileira.

Para isso, será realizada uma revisão narrativa abrangente, incluindo livros, capítulos de livros, dissertações de mestrado e artigos de jornal que de algum modo

abordam os órgãos de repressão no Brasil. Para esta investigação, uma pergunta central será colocada e espera-se respondê-la ao final da discussão: em que medida o sistema repressivo brasileiro agiu durante a Ditadura Militar refletindo a continuidade de práticas e estruturas anteriores e como estes mecanismos e práticas têm evoluído até a contemporaneidade?

PRIMEIRA REPÚBLICA E GOVERNO VARGAS

Nossa caminhada começa nas décadas de 1920 e 1930, quando foram instituídos importantes órgãos de polícia política no Rio de Janeiro, até então o Distrito Federal. O primeiro deles a ser mencionado é a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, criada em 1920 com o objetivo de zelar pela segurança interna do país e realizar constante vigilância sobre as atuações de “agitadores” anarquistas e monitorar e expulsar estrangeiros que poderiam oferecer perigo de instabilização política no Brasil.

A Inspetoria foi extinta em 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção da Ordem Política e Social, cuja finalidade era similar à do órgão anterior, ou seja, o controle das associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que se mantinham associados ao movimento operário. Com isso, o Estado se aparatava para enfrentar o clima de agitação que dominava o campo do trabalho nestas décadas iniciais do século passado.

De acordo com Brito (2011), houve uma tendência internacional de cooperação das atividades de polícia em 1920, cujo objetivo era o aperfeiçoamento da inteligência policial para a perseguição de revolucionários de esquerda, principalmente aqueles pertencentes aos movimentos anarquistas.

Esse movimento de cooperação internacional teve início na Europa, mas provocou reflexos de participação no Brasil e demais países da América do Sul. Na América Latina, o interesse por esses debates de internacionalização de segurança eram motivados não só pelo combate às ideologias revolucionárias, mas também pela necessidade dos países do cone sul em fazer coro às tendências de desenvolvimento político e social que poderiam beneficiá-los nas questões de participação comercial em cenário internacional.

Podemos perceber, portanto, como neste processo de modernização, alguns

eventos ocorridos em 1920 - a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Movimento Tenentista e a intensificação do Movimento Operário, por exemplo - serviram como impulsionadores de um interesse da elite política em pensar estratégias de segurança que permitissem a configuração de um aparato de investigação e repressão devidamente especializado. Com isso, conseguimos compreender que a identificação de atividades consideradas “perigosas” para a elite política, fez com que houvesse um acompanhamento quase ininterrupto das atividades que eram interpretadas enquanto danosas para a ordem social.

Em 1933, a Seção da Ordem Política e Social da 4ª Delegacia transformou-se em Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), o que configurou, em pleno Governo Provisório de Vargas, uma ampliação do controlado Estado sobre seus adversários políticos.

Conforme aponta Cancelli (1994) a aproximação de Vargas com a polícia foi um elemento fundamental para o delineamento dos 15 anos de seu governo, além de ser um componente que ajudou a configurar a aparência do Estado brasileiro após o fim da Primeira República. Isso se deveu, basicamente, porque a polícia se converteu em um braço estratégico de domínio e ação do executivo. Com isso, pode-se argumentar que a centralização do Estado promovida por Vargas correspondeu também à centralização do aparato repressivo policial.

Assim, fica claro como a centralização estatal e das polícias permitiu a construção e implementação do perfil de governo de Vargas em 1930. Com a centralização, houve o aparelhamento gradativo das polícias, sua reestruturação e o provimento de verbas suplementares, o que garantiu a execução de ações de repressão da oposição. Também devido à centralização, as polícias estaduais passaram a ser subordinadas à polícia do Rio de Janeiro e a figura do chefe de polícia se tornou fundamental para o monitoramento de todas as atividades, seja no interior da estrutura policial, seja em toda a sociedade.

O trabalho de controle e policiamento continuou quando em 1944 foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), cuja finalidade era de exercer o policiamento associado aos transportes marítimo e aéreo no Distrito Federal. Também era sua função superintender em todo território nacional os serviços de polícia marítima e aérea de fronteira, bem como orientar os órgãos próprios das polícias estaduais no que se refere ao controle de atividades suspeitas. Neste mesmo ano foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), subordinada ao DFSP, cuja

atuação era o controle da atuação dos militantes comunistas no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2013).

DUTRA, VARGAS, JK, JÂNIO E JANGO

Em 1927, sob o governo de Washington Luís, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, que possuía caráter consultivo e tratava de assuntos de ordem financeira, econômica, bélica, moral e assuntos relativos à defesa da pátria. Sua criação teve por intuito avaliar os acontecimentos sociais turbulentos da década de 1920. Esse órgão passou por duas reformulações em período relativamente curto: em 1934, na primeira reformulação, ele passou a ser chamado de Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). Em 1937 houve nova redefinição que deu origem ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão responsável por assuntos relativos à segurança nacional.

CSN foi criado aos moldes do Conselho de Segurança Americano. Sua Secretaria Geral ficava diretamente subordinada à presidência. Um ponto importante de ser destacado é que apesar de todas as mudanças de nome desde 1927, o órgão não mudou a essência de sua função, que eram as questões relativas à defesa da pátria.

Em 1947 o CSN passou por uma outra reestruturação, dado que se concluiu que a Secretaria Geral do órgão não era suficientemente preparada para a dinâmica potencialmente bélica que dominava as tendências políticas internacionais. Com isso, surgiu o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (Sfici), que seria encarregado dos dados concernentes ao Brasil. Considerado o primeiro serviço de inteligência do país, o Sfici foi criado para colher informações sobre as ideologias e ações extremistas que ocorriam no território brasileiro e repassá-las ao Conselho de Segurança Nacional (ANTUNES, 2002).

Em 1951 ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Polícia. Neste evento se reuniram diversos agentes e delegados de polícia de todo o país, que debateram sobre os perigos que rondavam a estrutura da República. Perigos esses que iam desde as manifestações populares, supostamente contaminadas por militantes comunistas, até as atribuições causadas pela abertura democrática, que tornavam o país refém de eventuais arroubos revolucionários (OLIVEIRA, 2013).

Mediante o contexto de crescente efervescência social e o temor das classes abastadas de uma convulsão revolucionária, foram intensas as discussões acerca dos diversos objetivos e estratégias de combate ao comunismo que deveriam ser adotadas por todo o corpo policial. A proposição de mudanças e a implementação da centralização foi motivada levando-se em conta também o contexto da Guerra Fria e as dificuldades de monitoramento das atividades subversivas em território nacional. Nesse evento também foram identificados três perigos que ameaçavam a sociedade brasileira: o comunismo, a democracia e a autonomia dos estados.

DITADURA MILITAR

Em 13 de junho de 1964, sob iniciativa de Castelo Branco, através da Lei nº 4.341 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). A justificativa da sua criação foi a de que era necessário um serviço sólido de informações para consolidar o regime. O SNI foi criado como órgão diretamente subordinado à Presidência da República. Ele incorporou o acervo informacional e os funcionários da Sfici e se constituiu com uma agência central no Distrito Federal e mais outras agências regionais (tantas quantas necessárias) em capitais e cidades importantes. Essa estrutura permitiu ao SNI criar uma complexa rede de informações.

Em 1967 foi aprovado novo regulamento que garantiu a ampliação da estrutura da SNI. Isso se deu principalmente porque, com o começo da luta armada e o endurecimento do regime em 1968, o serviço de informações, que antes tinha por função a coleta e organização de informações que seriam repassadas à Presidência da República, passou por uma profunda transformação em seus objetivos principais

Em 1967 foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE) durante o governo de Costa e Silva. Conforme aponta Antunes (2002), “o CIE era o serviço de informações que contava com o maior quadro de pessoal e o que mais se empenhou no combate à luta armada” (ANTUNES, 2002, p. 68). O CIE recebia e centralizava os dados de outros centros de informação.

Importante mencionar também a existência de dois setores que dizem respeito à segurança dentro do Exército: os Destacamentos de Operações Internas (DOIs) e os Centros de Operação e Defesa Interna (CODIs). Estes foram órgãos que ficaram responsáveis por todas as ações de repressão, passando a operar em conjunto com

outras polícias. “Os DOIs eram subordinados aos CODIs e funcionavam como seus braços operacionais” (ANTUNES, 2002, p. 71).

Até fins dos anos de 1960 o SNI coordenava os serviços de informação no Brasil. Entretanto, para os os “militares radicais”, além de conhecer as ameaças era também necessário agir repressivamente, algo que, em tese, o SNI não fazia. No entanto, de acordo com Fico (2001), essa afirmação de que os órgãos de informações não se envolviam em ações de repressão ativa deve ser apreendida com reservas, pois outras fontes parecem reportar que o SNI patrocinou não somente interrogatórios como também prisões.

Os militares tinham por interesse “moldar” a sociedade pela via policial e militar. Isso significava a implementação de práticas e penas bastante rigorosas, além do controle intenso das atividades sociais ligadas ao pensamento político. Com o AI-5, houve a oportunidade ideal para a implementação de um sistema repressivo mais rigoroso, com maior controle das atividades pelas polícias militares, que passaram a ser consideradas como “força auxiliar do exército”.

Assim surgiu o Sistema de Segurança Interna do País, o SISSEGIN, criado em face da insatisfação do sistema repressor existente em relação à morosidade da justiça - que poderia passar a imagem de “fragilidade” do regime militar. Esse sistema se traduzia em um aparato especial, alinhado com os preceitos da segurança nacional, com o intuito de julgar e punir as pessoas em tribunais especiais para os crimes políticos.

Em 1969 ocorreu o lançamento da Operação Bandeirantes (OBAN), cujo objetivo era o de ser um órgão centralizador do combate à atividade subversiva. Suas funções iam desde a análise de informações, passando pela execução de interrogatórios, até o combate direto em si. No ano seguinte surgiu também a Divisão Central de Informações (DCI), que tinha por função fazer análises e gerar informações.

Também em 1970 surgiu o sistema CODI-DOI, que estava sob o comando do ministro do Exército Orlando Geisel, e foi responsável por conduzir a maior parte das operações de repressão nas cidades a partir deste período. Os CODI (Centro de Operações e Defesa Interna) atuavam como unidades de planejamento e coordenação, enquanto os DOI (Destacamento de Operações e Informações), subordinados aos CODI se perfaziam como seus braços operacionais.

De acordo com o historiador Carlos Fico, os Centros de Operações de Defesa Interna tinham por função planejar e coordenar as ações de defesa interna, e os Destacamentos de Operações de Informação, os DOI, tinham por função realizar o “trabalho sujo”. Ao mencionar esse ponto, Carlos Fico salienta que a “ ‘guerra suja’, levada a cabo pelos DOI, mancharia por muito tempo a imagem dos militares brasileiros.” (FICO, 2001 - p. 123)

Ao falar do DOI, Fico (2001) salienta também que este se configurou enquanto um organismo “mutável” destinado ao combate ao terrorismo. Sua mutabilidade estava prescrita pela suposição de que os movimentos de guerrilha urbana teriam a característica da mudança constante. Assim, os DOI não possuíam composição fixa. Podiam movimentar pessoal e material de forma fluida a depender da necessidade.

Algo que não pode deixar de ser mencionado se refere à tortura, que se tornou prática constante e corriqueira para a obtenção de informações, acompanhada, paradoxalmente, de constantes negativas de que não havia presos políticos ou tortura no Brasil. É interessante observar que estas negativas eram anexas a relatórios que contabilizavam os militares que foram vítimas da luta armada, especialmente no confronto com os assaltos a banco.

Com o passar do tempo, houve a substituição da “ação repressiva discriminada” pela “ação repressiva qualificada e limitada”. Em termos práticos, isso significou a maior exploração do campo psicológico para se fazer frente à ação comunista. O objetivo era o de desmoralizar as personalidades identificadas com os valores do comunismo.

TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A partir do começo da década de 1990 todos os serviços de informação, incluindo os das Forças Armadas, passaram por diversas reformulações. Esse processo se deu em face principalmente dos processos de redemocratização e o impacto negativo que o regime militar transmitiu ao exército. Com isso, suas nomenclaturas foram alteradas e suas funções também passaram por relativa modificação, alteradas de serviços de informações para serviços de inteligência.

Assim, em 1990 foi extinto o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em seu

lugar foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Sua prerrogativa principal era de assessorar o presidente da República quanto às estratégias de governo nas áreas de desenvolvimento econômico, segurança e defesa nacional, meio ambiente, etc.

Em vias públicas a SAE tinha por finalidade assumir as funções do SNI e da Secretaria de Assessoramento e Defesa Nacional (Saden). Privadamente, por outro lado, a nova secretaria tinha por tarefa final a desmilitarização das atividades associadas à inteligência e assessoramento presidencial. Importante reafirmar a mudança do conceito empregado, passando-se de “informação” para “inteligência”. Esse estratagema tinha por propósito livrar a atividade do setor do estigma causado pelas ações do SNI e dos órgãos vinculados a ele nas décadas anteriores.

Em 1995, através de medida provisória nº. 813 o Poder Executivo foi autorizado a criar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) como órgão de assessoria direta da presidência da República. Sua função primordial era de planejar e coordenar de forma geral as atividades de inteligência e contra-inteligência em todo o país, integrando também os trabalhos de outros órgãos do mesmo gênero em todo o território. Em 1999 foi criado o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no Brasil. O SISBIN era diretamente subordinado à Abin, o centro condutor desta atividade.

Interessante se notar que o objetivo por trás da criação da Abin era o de seter um órgão de inteligência do Estado brasileiro e não do governo propriamentedito. Assim, sua finalidade era restrita à produção de conhecimentos para nutrir o chefe do Executivo de conhecimentos pertinentes à sua tomada de decisão estratégica. Diferentemente do antigo SNI, as informações coletadas pela Abin seriam utilizadas na condução das políticas do governo e não simplesmente para a condução de perseguições político-partidárias.

ATUALIDADE

No livro “A linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise” (2022), Heloísa Starling, Miguel Lago e Newton Bignotto traçam um perfil detalhado do governo de Jair Bolsonaro, tendo em vista o esgarçamento gradual da democracia, ao mesmo tempo em que buscam entender como foi possível a ocorrência de tal

fenômeno político no país.

Miguel Lago (2022), por exemplo, salienta como Bolsonaro utilizou o enfraquecimento da argumentação baseada em fatos e evidências como estratégia política, transformando o debate público numa grande arena impulsionada pela opinião, que passou a ser tratada com o mesmo valor de utilidade do dado científico.

Deste modo, Lago pontua que com a perda de valor da objetividade, as noções de governante e eleitor passaram por transformações, de modo que a representação - política principalmente - foi sendo gradativamente substituída pela concordância de opiniões. Assim, emitindo opiniões contundentes sobre diversos assuntos, Bolsonaro conseguiu engajar emoções e seguidores.

Somado a isso, seu discurso passou a se direcionar para as microrrelações de poder contidas na sociedade, endossando a subalternização daqueles que foram percebidos como “cheios de privilégios” em contraposição ao “cidadão de bem”, cada vez mais coagido e perseguindo.

Esse alinhamento de opiniões contribuiu para o fortalecimento de um contingente de sujeitos politicamente associados e que, ao se verem diante de crises e dificuldades financeiras próprias do sistema capitalista, passaram a buscar culpados para a sua perda de relevância social. Neste ínterim, as esquerdas foram facilmente identificadas como esse inimigo importante a ser combatido.

Por sua vez, Heloísa Starling (2022), nessa mesma obra, salienta o forte valor reacionário do governo Bolsonaro e sua perspectiva de um passado idílico e repleto de valores morais que supostamente estariam em risco com as mudanças sociais contemporâneas.

Assim, o passado recente, principalmente aquele atrelado ao governo militar, é enaltecido como sendo exemplo de retidão a ser reconquistado para a defesa do país. Deve-se ressaltar que essa perspectiva faz eco apenas naqueles grupos que de algum modo são cooptados pela narrativa reacionária.

Essa visão nostálgica do passado substitui uma perspectiva crítica da História dos eventos, o que contribui para a ativação de uma série de afetos negativos que influenciam a apreciação de um passado mítico e fantasmagórico, pelo qual os nostálgicos se dispõem a matar ou morrer.

Starling (2022) argumenta, portanto, que vai se construindo uma dinâmica política em que as relações comunitárias vão sendo enfraquecidas. O coletivo como força política passa a não ter importância e se transforma num simples “aglomerado” de pessoas. Ao mesmo tempo, as dicotomias sociais são intensificadas, o ódio e a destruição se transformam em moeda política para a identificação de um inimigo que deve ser combatido por ter usurpado “o que era meu”.

Outra obra interessante para se analisar esse contexto político contemporâneo é "Como as Democracias Morrem" (2018), escrito por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos cientistas políticos. O livro examina as ameaças contemporâneas à democracia, usando exemplos históricos e contemporâneos para ilustrar como regimes democráticos podem entrar em declínio. Os autores argumentam que democracias não costumam morrer de um golpe de Estado ou uma revolução violenta, mas sim de um processo gradual, onde instituições e normas democráticas são corroídas aos poucos.

Em consonância com os argumentos de Heloisa Starling e Miguel Lago, eles identificam quatro sinais principais de comportamento autoritário que podem indicar um perigo para a democracia: rejeição ou fraqueza no compromisso com as regras democráticas do jogo, negação da legitimidade dos oponentes políticos, tolerância ou encorajamento da violência e disposição para restringir as liberdades civis dos oponentes, incluindo a mídia.

Levitsky e Ziblatt (2018) utilizam exemplos de vários países para mostrar como líderes eleitos podem subverter as instituições democráticas. Eles destacam a importância de normas não escritas e a tolerância mútua entre adversários políticos para a manutenção de uma democracia saudável. O livro enfatiza a necessidade de vigilância cívica e a importância de todos os atores políticos, incluindo partidos e cidadãos, em defender as instituições democráticas contra ameaças autoritárias.

Tendo as obras mencionadas anteriormente, podemos argumentar que a ideologia autoritária corre de maneira perene por debaixo da superfície, sendo um risco latente ao tecido social democrático. Eventualmente ela brota ao exterior, se cristaliza e altera aspectos sociopolíticos, inicialmente sem percebermos. Ela nutre os apelos do homem médio e também pode dar vazão a visões de mundo extremadas.

Dado a estas características peculiares do governo de Jair Messias Bolsonaro, nessa parte do trabalho o objetivo é mencionar de forma simplificada as mudanças e influências que puderam ser percebidas na Abin em face da influência política

interventiva deste presidente. É importante ressaltar que a análise dos fatos enquanto produtos ainda refrigerados pelos ares do presente podem ser viesados por perspectivas ideológicas que, consciente ou inconscientemente, podem direcionar a narrativa e o ponto de vista levantado pelo autor. O objetivo principal deste relato, contudo, é a apresentação dos fatos tal qual puderam ser apreendidos nos veículos de imprensa disponíveis.

Um primeiro ponto a ser observado é como o governo Bolsonaro utilizou os recursos da Abin para a produção de relatórios para a orientação da defesa de seu filho, Flávio Bolsonaro, no caso das “rachadinhas”, que eram práticas de confisco de parte dos salários de assessores de gabinete na época em que o então senador era deputado estadual pelo Rio de Janeiro (SCHREIBER, 2020).

Há denúncias que revelam que o ex-presidente utilizou a Abin para fortalecer a espionagem sobre áreas críticas ao governo, adversários político-ideológicos, ONGs que atuam criticando as políticas governamentais nas áreas ambiental, indigenista e de direitos humanos (QUADROS, 2020).

Há também denúncias de nomeação de funcionários da inteligência para cargos de alta influência no governo, bem como a inclusão de agentes em ministérios que teriam a função de espionar as atividades consideradas pouco aderentes aos princípios do Executivo. De forma oficial as atividades listadas são aquelas relacionadas à inteligência. Entretanto, as ações do governo e as sinalizações apontam diretamente para a espionagem de adversários e inimigos de um eventual governo militar.

Essas denúncias são preocupantes pois evidenciam um reacendimento de práticas atinentes à política persecutória, autoritária e que não sustenta o apreço pelos princípios norteadores da democracia. Quando falamos do governo Bolsonaro e dos princípios que sustentam o fenômeno bolsonarista, estas são facetas que não nos surpreendem, dado o seu perene flerte com práticas heterodoxas ao Estado democrático e as constantes alusões que são feitas à ligação desta família com práticas de corrupção do baixo clero.

Newton Bignotto (2022) defende a novidade do governo do ex - capitão, que flerta fortemente com dimensões do populismo e fascismo. Bignotto salienta como “o traço mais saliente do governo Bolsonaro é seu caráter destrutivo” (STARLING, LAGO & BIGNOTTO, 2022, p. 123), principalmente na perseguição do inimigo corporificado. Ao mesmo tempo, o autor destaca elementos que endossam a sua

perspectiva, ao identificar os “sintomas” do fascismo que poderiam ser vistos naquele governo: um movimento massificado, com importante influência cultural em camadas médias da sociedade, sequestro do aparato institucional e condutas depressivas.

Deste modo, podemos concluir como estamos diante de um fenômeno político novo, de destruição das vias democráticas, não por meio de golpes ou ataques violentos, mas por meio da corrosão lenta e interna das estruturas estatais políticas. Assim, Bolsonaro representa um reavivamento de uma camada reacionária latente no país, que se sentiu representada pela figura do Messias. Ao formar para si uma massa de apoiadores que fazem eco às suas opiniões distorcidas da realidade, Bolsonaro pôde aproveitar a máquina pública para a realização dos seus objetivos espúrios, diminuindo a olhos vistos a fronteira entre o que é público e privado.

CONCLUSÃO

Fizemos uma caminhada de revisitação aos órgãos que estavam associados à repressão no Brasil desde a década de 1920, na Primeira República, até chegarmos ao ano de 2020. Cobrimos simplificada e brevemente 100 anos de história de atos policiais de repressão, perseguição, espionagem e tortura.

Apesar de mudanças institucionais, alterações de nomenclatura ou de constituição organizacional, algumas permanências puderam ser observadas. A principal delas é a percepção de um inimigo a ser constantemente vigiado e combatido: a ideologia comunista e os seus militantes associados. Ao contrário do que somos levados a pensar pelo senso comum, a perseguição a este adversário espectral advém desde as lutas por direitos trabalhistas que remontam às transformações concernentes ao início do século passado.

Essa motivação primordial, ou seja, a perseguição às ideologias de viés igualitário, revolucionário ou comunista, se manteve enquanto um sustentáculo para a manutenção do aparato repressivo em diversos governos brasileiros a partir daí. Mesmo com as mudanças de configuração política e tecnológica, há certa perenidade na motivação para o combate àqueles considerados adversários da estabilidade política nacional.

Um outro ponto a se considerar é a influência dos militares em diversos

âmbitos da política brasileira, conforme aponta Costa (1998). Neste trabalho, o autor evidencia a participação dos militares em importantes postos de governo, em todos os setores da atividade econômica e em diversos momentos da história do país, salientando principalmente as influências no período que antecedeu ao golpe.

Ainda sobre o combate ao “inimigo espectral”, a intensificação da perseguição política aos adversários chegou em seu ápice na ditadura militar. Entretanto, suas consequências foram deletérias para a instituição militar, dado às narrativas que passaram a ser contadas pelos militantes sobreviventes deste período. Como vimos, houve a tentativa de ressignificação das agências de inteligência nos anos de 1990, que passaram a ter sua atuação mais ligada ao Estado e não tanto ao governo e ao presidente, como era típico nos períodos anteriores.

Entretanto, uma espécie de movimento retrógrado parece estar acontecendo sob a influência do governo que comandou o Executivo Federal no período de 2018 a 2022. Pode-se observar um “reavivamento” de práticas de influência personalista nos setores de inteligência, além de denúncias que reportam o uso dos instrumentos das agências a espionagem para o controle de adversários políticos.

Com isso, mais do que um movimento de renovação dos órgãos de inteligência em direção aos interesses nacionais, vemos atualmente o que a Psicanálise define como o “retorno do recalcado”, ou seja, o lançamento à luz da consciência de elementos obscuros e renegados, que fazem parte da constituição íntima do sujeito, mas que são sufocados nos confins do inconsciente por serem inapropriados para a ampla divulgação. O seu retorno, portanto, é feito de forma indireta, mediante sintomas ou práticas que denunciam a ocorrência de situações com potencial de desequilibrar o bem estar do organismo.

Há apenas um problema com esta metáfora: na atualidade dos movimentos praticados pelo governo de Jair Messias, não há a preocupação de se mascarar as condutas em vias de se obnubilar suas reais pretensões. A influência nos órgãos de inteligência é explícita e o uso de recursos estatais para o bel-prazer é feito à luz do dia, sem qualquer pudor político. O objetivo é perseguir e enfraquecer adversários e espionar membros da máquina pública que podem representar divergências políticas. Tudo isso feito sob a égide do “combate à corrupção e ao comunismo”. Há, portanto, o reflorescimento do sistema repressivo enquanto mecanismo complexo dotado de uma lógica interna de controle. O inimigo fantasmagórico é o mesmo e as práticas recicladas recebem um verniz de sofisticação.

Referências Bibliográficas

Agência Brasileira de Inteligência. SISBIN. Gabinete de Segurança Institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/sisbin>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

ANTUNES, Priscila. Os serviços de informações no Brasil. A construção burocrática da rede. In: ANTUNES, Priscila. **Sni & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRITTO, Angela. “A polícia política na década de 1920: a gênese e atuação da 4ª Delegacia Auxiliar. “A sala de detidos”: Atuação e ascensão da Polícia Política da Capital Federal do Brasil, 1920-1937. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV. 2011.

CANCELLI, Elizabeth. **A organização policial**. O mundo da violência. Brasília, Editora UNB, 1994.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Lobby Militar : um novo padrão de interações entre civis e militares. In: _____. **O lobby militar e as relações civis-militares durante a Assembleia Nacional Constituinte**. 1998. (Dissertação de mestrado) p. 44 – 69.

FICO, Carlos. “A estrutura de repressão: o SISSEGIN”. In: _____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia Política. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 270p

OLIVEIRA, Nilo. **Propostas preliminares de centralização e integração nacional das polícias**. (1956 a 1961). Tese de doutorado apresentada ao Programa de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

QUADROS, Vasconcelos. Governo Bolsonaro implanta agentes da Abin em diversos ministérios. **Agência Pública**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/12/governo-bolsonaro-implanta-agentes-da-abin-em-diversos-ministerios/> Acesso em: 12 de Junho de 2024.

STARLING, Heloísa Murgel; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. **Linguagem da destruição**: democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 174p

SCHREIBER, Mariana. Caso da rachadinha: o que se sabe sobre envolvimento da Abin em investigação contra Flávio Bolsonaro. **BBC News Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55325486> Acesso em 10 de Junho de 2024.

Verbetes. **CPDOC | FGV** - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Rio de Janeiro - RJ, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 10 de Junho de 2024.